



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

ATA

XIX Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos

Aos catorze dias do mês de dezembro de dois mil e doze, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), em Belém/PA, realizou-se a XIX Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH-PA) com a participação de onze conselheiros titulares e sete suplentes, totalizando dezoito membros (quórum), a saber: Alberto Cardoso Arruda, conselheiro titular da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação – **Secti**; Thiago Marcelo Pacheco de Oliveira, conselheiro suplente da Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura – **Sepaq**; Tereza Cristina Barbosa da Silva, conselheira suplente da Secretaria de Estado de Integração Regional, Desenvolvimento Urbano e Metropolitano – **Seidurb**; Sabrina Forte e Silva Gonçalves, conselheira suplente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará – **Idesp**; Fernanda Jorge Sequeira, conselheiro titular da Procuradoria Geral do Estado – **PGE**; David Franco Lopes, conselheiro titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – **Abes**; Iloé Listo de Azevedo, conselheiro suplente da Associação Profissional dos Geólogos da Amazônia – **Apgam**; Solange Valadares Dias, conselheira titular do Consórcio de Desenvolvimento Social Econômico Intermunicipal – **Codesei**; Lucy Anne Cardoso Lobão Gutierrez, conselheira titular da Universidade Estadual do Pará – **UEPA**; Valdinei Mendes da Silva, conselheiro titular do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – **IFPA**; Vera Nobre Braz, conselheira suplente do Centro Universitário do Estado do Pará – **Cesupa**; Shirley Coelho da Silva, conselheira titular e Alan Amorim conselheiro suplente do **Grupo de Ações Ecológica Novos Curupiras**; Valdir Vasconcelos Moreira, conselheiro titular da Associação Cultural Artística e Ambiental Guardiões do Curupeté – **Guarcuru**; Luiz Augusto Moura, conselheiro titular da Federação das Indústrias do Estado do Pará – **Fiepa**; Darilena Monteiro Porfírio, conselheira titular da **Eletronorte**; Carlos Alberto do Amaral, conselheiro titular da Cooperativa de Pescadores Artesanais e Armadores de Pesca – **Cepapa**; Fernando Souza Lima da Silva, conselheiro suplente da Companhia de Saneamento do Pará – **Cosanpa**; João B. Marcelo de Lima, conselheiro convidado da Companhia de Recursos Minerais – **CPRM**. Justificou ausência: Haroldo Costa Bezerra, conselheiro titular da Companhia de Portos e Hidrovias – **CPH**. Os trabalhos foram abertos às 09h30, pelo Secretário Adjunto da Sema, Senhor **Rubens Borges Sampaio** que compareceu à reunião em substituição ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Presidente do CERH-PA, **José Alberto da Silva Colares**, o qual não pode estar presente devido à um compromisso urgente. Como primeiro ponto de pauta, a ata da XVIII reunião ordinária do CERH-PA foi aprovada sem nenhuma objeção, a ata da I reunião conjunta das Câmaras Técnicas recebeu a aprovação de todas as Câmaras Técnicas, representadas por seus presidentes. Com o uso da palavra a **Secretária Executiva, Senhora Verônica Jussara Costa Bittencourt**, fez uma breve leitura da pauta e perguntou ao Plenário se algum conselheiro teria sugestões de matéria emergencial. Sem nenhuma intervenção, a **Secretária Executiva** iniciou a apresentação da estrutura organizacional do Instituto de



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

39 Águas e Clima do Pará (IACP). Durante os seu discurso ela lembrou que a Sema está
40 passando por uma reestruturação onde serão criados os três Institutos com a gestão integrada
41 da Sema. Quanto à estrutura organizacional do **IACP**, ela explicou que será gerido por um
42 diretor geral, com a composição de três diretorias denominadas: Diretoria de Planejamento e
43 Gestão de Recursos Hídricos; Diretoria Administrativa e financeira e Diretoria de
44 Hidrologia e Meteorologia. O Projeto de Lei será apresentado ao Governador do Estado e
45 encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), sem o fornecimento
46 detalhado de informações referentes às coordenadorias e gerências. Posteriormente a equipe
47 técnica da Diretoria de Recursos Hídricos (Direh) e o plenário poderão trabalhar melhor
48 sobre as propostas da estrutura funcional e organizacional do IACP. Além disto, **Secretária**
49 **Executiva** informou que haverá um Conselho de Administração que irá aprovar os projetos
50 e planos, assim como o planejamento plurianual (PPA) e salientou que o grande diferencial
51 será a autonomia administrativa e financeira da referida autarquia, que nos dias atuais se
52 configura como um dos grandes entraves para o avanço da gestão dos Recursos Hídricos no
53 Estado. Outro ponto citado foram as fontes de recursos que irão manter o Plano Estadual de
54 Recursos Hídricos. Na proposta está previsto cinquenta por cento para o Instituto sobre os
55 *hoys* provenientes da geração de energia elétrica no Estado, doações que poderão ser feitas
56 diretamente por instituições, ONGs e empresas privadas que tenham o interesse em trabalhar
57 de forma integrada à autarquia, além de uma parcela do recurso originário do Fundo
58 Estadual de Meio Ambiente e com a arrecadação oriunda do Instrumento de Outorga de
59 Direto de Uso de Recursos Hídricos. No nível nacional grande parte dos Estados brasileiros
60 já possui uma autarquia que faz a gestão das águas, fato que proporcionou um significativo
61 avanço neste processo e reafirmou a integração do IACP aos outros dois Institutos previstos
62 no processo de reestruturação da Sema: Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas
63 (Ibap) e Instituto de Gestão e Regularização Ambiental (Igram). Ao referir-se à minuta do
64 Projeto de Lei, o conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)** questionou se a mesma será
65 disponibilizada para os membros do Conselho. A **Secretária Executiva** informou que está
66 aguardando a consultoria contratada finalizar o projeto para encaminhar ao Governador do
67 Estado e aguardar a sua homologação. Os trabalhos já se encontram em fase de apresentação
68 à Secretaria de Estado de Administração (Sead). Quando a equipe técnica da Sema obtiver
69 um posicionamento afirmativo da estrutura proposta, esta será encaminhada aos
70 conselheiros. O conselheiro questionou ainda, se o documento será analisado pela Câmara
71 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL). Ela então respondeu que o projeto será
72 apresentado apenas ao Conselho, por se tratar de um processo de estruturação da Sema. O
73 conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** mencionou a elaboração do Plano Estadual de Recursos
74 Hídricos, que futuramente será gerido pelo Instituto, para isto um edital foi publicado com
75 uma proposta do Ministério de Meio Ambiente (MMA). Em complemento, a **Secretária**
76 **Executiva** comunicou que a Sema concorreu com sete Estados brasileiros para obtenção de
77 recursos à elaboração do Plano. Por estar em processo de análise, até o momento nenhuma
78 resposta foi obtida. A elaboração do Plano será gerido pela **Sema** através de um convênio
79 com o MMA, assim como na elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, o qual a



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Sema está coordenando as ações. Na oportunidade, o conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** solicitou uma cópia do termo de referência do Plano Estadual de Recursos Hídricos, para a análise da Câmara Técnica do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CTPERH). Ao manifestar-se, o conselheiro **João Lima (CPRM)** fez um adendo com relação às outras instituições, visto que a CPRM tem um termo de cooperação de águas subterrâneas, com a recente implantação da rede de monitoramento na Bacia Hidrográfica do Rio Itacaiúnas, neste sentido ele questionou se haverá mudanças, se a sala de situação da Agência Nacional de Águas (ANA) vai continuar da mesma forma ou será alterada com a reestruturação e mudanças nos termos. Ao responder, a **Secretária Executiva** explicou que após a aprovação do projeto será analisado a melhor forma para os trabalhos continuarem normalmente, além dos convênios firmados com outras instituições, pois o Instituto estará vinculado a Sema. Porém caberá à equipe decidir se altera o termo para vincular a CPRM ao IACP ou se espera a conclusão dos trabalhos para a apresentação de uma nova proposta. E informou ainda, a sala de situação está em fase de conclusão, com a instalação dos equipamentos no prédio da **Secretaria**. Em complemento, o **Secretário Adjunto** da Sema tratou sobre o objetivo de criação dos Institutos, enumerando as principais demandas que culminaram na constituição dos mesmos: licenciamentos, fiscalização, monitoramento e políticas de ordenamento ambiental. Pelos citados motivos, o objetivo é descentralizar a gestão para atender a demanda de cada região com suas peculiaridades, assim como ocorrem em outros Estados, através da instalação de institutos onde se tem a autonomia para a efetiva gestão. Em manifestação, o conselheiro **Valdinei Silva (IFPA)** concluiu que o importante é esclarecer que o Projeto de Lei irá apenas estabelecer a composição geral, sem se ater às atribuições dos setores que constituirão a autarquia, fato que possibilitara reformas em sua estrutura. O conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)**, indagou sobre a estrutura funcional do Instituto, se funcionará separadamente ou será administrada em conjunto como um floco denominado Águas e Clima. O conselheiro justificou a sua pergunta devido à possibilidade de uma das duas atribuições não serem aquinhoadas com uma ação mais privilegiada. De modo mais específico ele questionou sobre a diferenciação proposta entre a Água e o Clima no organograma segundo o Projeto de Lei. Ao explicar, a **Secretária Executiva** informou que as duas atribuições serão geridas por duas diretorias distintas, que hoje é administrada por uma coordenação que trata especificamente desta temática, e garantiu que logo após a conclusão da proposta e aprovação da Alepa, a **Secretaria Executiva** encaminhará a todos os conselheiros a minuta do Projeto. Na sequência das matérias de pauta, a **Secretária Executiva** esclareceu previamente sobre a apresentação do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), com o objetivo de apenas informar o Plenário. Em seguida explicou que durante o ano de 2008 o MMA abriu um Edital para os Estados do Norte concorrem ao recurso para a elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos e a Sema encaminhou uma proposta. Com o convênio aprovado durante período de 2009 -2011 ocorreram diversos problemas administrativos, fato que impossibilitou a execução o plano de trabalho. Finalmente no ano de 2012 a Sema conseguiu o aditamento do convênio para não perder o recurso, sob a responsabilidade da Diretoria de Recursos Hídricos (Direh),



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

abrindo inúmeros questionamentos sobre a razão do setor coordenar a elaboração do Plano, mas segundo ela, esta foi uma decisão abordada anteriormente e na atual situação, a mesma deu andamento aos trabalhos, visto que a decisão junto ao **Secretário de Meio Ambiente** foi pela não devolução do recursos ao MMA. Assim o compromisso foi assumido com o foco na real necessidade do Estado em elaborar um Plano Estadual de Resíduos Sólidos. Durante o corrente ano, através de processo licitatório, uma empresa de Recife/PE (Brencorp – Consultoria, Meio Ambiente e Empreendimentos) foi contemplada. Atendo-se em informar as competências curriculares do consultor **Paulo Mauricio Pinho**, a **Secretária Executiva** justificou a necessidade de se ter um profissional especialista na área de Resíduos Sólidos para acompanhar todo o processo de criação do Plano pela citada empresa. Através de licitação, o consultor mencionado conseguiu ocupar a função após a avaliação curricular, desde então ele é o representante da Sema junto a avaliação dos produtos gerados pela Brencorp. Compete também à consultoria contratada, a função de promover a articulação da Sema junto à outras Secretarias de Estado, com o objetivo obter maiores informações relevantes ao processo. A **Secretária Executiva** sugeriu ao Plenário uma apresentação do detalhamento dos resultados obtidos até o momento, durante as próximas reuniões do Conselho. A elaboração do Plano também é acompanhada pelo Grupo de Trabalho, instituído pelo Governador do Estado, sob a coordenação da Sema, o qual é composto por representantes do Idesp e Seidurb. Ao continuar o seu discurso, ela informou que caso algum representante de instituição do setor de usuários de Recursos Hídricos queira contribuir nas decisões da elaboração do citado Plano, poderá apresentar-se nas reuniões, pois as datas dos encontros serão informadas aos interessados. Ao tratar sobre o cronograma de ações do plano de trabalho, a **Secretária Executiva** comentou que no mês de fevereiro a empresa contratada em conjunto com a Sema e o Grupo de Trabalho começará a promover as audiências públicas e oficinas nas doze regiões de integração do Estado, desta forma as comunidades terão a oportunidade de contribuir na elaboração do Plano, previsto para ser concluído em maio de 2013. Ao iniciar a sua apresentação o consultor **Paulo Pinho** informou que apesar de não está previsto no termo de referência, o plano de trabalho foi estipulado pelo GT devido a sua importância. Conforme o prazo no termo de referência, a empresa entregou o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos do Estado, após um levantamento dos registros de estudos sobre o tema. A empresa constatou que são escassas as bibliografias relativas ao saneamento e principalmente sobre os resíduos sólidos, as prioridades foram dadas para o estudo da água, esgoto, drenagem e em ultima instância ao tema em discussão. Mas hoje o Governo do Estado já possui a base de dados, com a boa notícia de que haverá um Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos. No momento, o conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** questionou o consultor se o plano de trabalho considera a política de apoio à formação de consórcios públicos do Estado do Pará na linha de Resíduos Sólidos. Ao responder, **Paulo Pinho** explicou que a respeito do assunto foi feito um levantamento de proposta, o qual se localizou quatro consórcios específicos na área. O termo de referência também indica que um deles terá que ser capacitado, desta forma seria inoportuno capacitar os municípios devido à rotatividade de seus gestores públicos. O



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** reforçou sua ideia ao referir-se à política de Estado que apoia a formação de novos consórcios públicos de várias áreas, inclusive de resíduos sólidos, neste sentido questionou se a consultoria contradata segue a referida política, para designar suas ações. O consultor explicou que houve um entrave na escolha do consórcio, visto que culturalmente esta região não tem o hábito de se consorciar, porém o termo de referência define que um consócio será apoiado, por razões específicas. Para isto, o MMA está financiando o Plano Estadual de Resíduos Sólidos pela quantia de seiscentos e noventa e nove mil reais. Segundo ele, após a aprovação da proposta, haverá capacitações para os interessados, pois a ideia da Sema é ampliar ao máximo o nível de instrução sobre o Sistema de Informação. O consultor informou ainda, que o Estado também está elaborando a Política Estadual de Saneamento, sob a responsabilidade dos professores da Universidade Federal do Pará, com a preocupação de estabelecer a integração entre os distintos Planos. A regionalização será validada em encontros nos doze municípios polo, o cronograma encontra-se em fase de elaboração, com a execução prevista para o mês de março, após todo este processo, serão estabelecidos: estratégia, diretrizes, programas, metas e finalmente a consolidação do produto. Ao concluir sua apresentação, **Paulo Pinho** mencionou a importância do Conselho Estadual de Recursos Hídricos nas discussões deste assunto, visto que as questões dos Resíduos Sólidos possuem impactos de grandes proporções nos Recursos Hídricos. Uma das grandes preocupações, explicou o consultor, é o descolamento com a questão econômica, neste sentido existe também uma articulação com a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefa) para a viabilidade de implementação do Plano Estadual. A conselheira **Solange Valadares (Codesei)**, em contrapartida justificou que na realidade os consórcios públicos geram responsabilidades, desta forma seria imprudente que os gestores se aglomerassem para formá-los e depois não oferecer condições de mantê-los, devido à impossibilidade de captação de recurso financeiro e incentivo do governo. Fato que explica a paralisação dos mesmos na atual circunstância. Na situação, o consultor explicou-se ao comentar sobre as dificuldades existentes na Amazônia, decorrentes das peculiaridades de implantar consórcios, com a ocorrência de refluxos por conta das dificuldades citadas pela conselheira, além dos entraves culturais e administrativos. Segundo ele, geralmente quando se fala em consócio, logo se pensa em aterro sanitário, ou seja, na disposição final do lixo, para esta realidade já se está trabalhando a possibilidade de consorciar outro tipo de atividade, por exemplo, a capacitação local de educação ambiental, com vista nas duas linhas de trabalho: a gestão e o gerenciamento. Ao comentar as dificuldades na gestão dos consórcios, o conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)** questionou sobre a viabilidade dos municípios, tal como Tucuruí que não possui área rural somente urbana em coordenar a gestão dos Resíduos Sólidos. Com relação aos entraves culturais do Estado em se consorciar e cooperativar, o conselheiro informou sobre a articulação da política de incentivo à formação de consórcios públicos para a prestação de serviços, não só juridicamente, como financeiramente para mantê-los em pleno exercício. A ideia de capacitar os que já existem, ainda que alguns deles ainda não estejam estruturados, é equivocada, segundo o julgamento do conselheiro, a dificuldade não se configura apenas na capacitação e sim em fazer com



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

que os prefeitos entendam a necessidade de se consorciarem. Em manifestação, o conselheiro **João Lima (CPRM)** considerando o Plano de Resíduos Sólidos, perguntou se há a preocupação em trabalhar regionalmente no Pará os Planos por Bacias Hidrográficas, para facilitar a função dos operadores de redes hidrológicas na visualização das redes de monitoramento, ainda que a elaboração do mesmo esteja preconizada em leis estaduais e federais de recursos hídricos. Quanto à questão do consórcio, o conselheiro explicou que são realizados trabalhos para localizar áreas promissoras à instalação de aterro sanitário. Por fim, acrescentou uma observação sobre a responsabilidade de todos enquanto servidores do poder público, no tocante à omissão em explicar aos prefeitos ou à câmara de vereadores, o que é consórcio público e que benefícios possuem. Em resposta às considerações do conselheiro, o consultor **Paulo Pinho** afirmou que as Bacias Hidrográficas, se configuram como uma das variáveis consideradas no projeto. A conselheira **Sabrina Forte (Idesp)** como integrante do GT, acrescentou que os consórcios à que o consultor **Paulo Pinho** considerou são específicos de Resíduos Sólidos, e informou que o Estado possui apenas quatro iniciativas sem nenhum consórcio efetivo, apenas em protocolo de intenção. Quanto à intervenção do conselheiro **Iloé Azevedo (Apgam)**, ela considerou pertinente o questionamento sobre a Lei de Consórcio criada em 2005, a mesma é considerada nas discussões do Plano Estadual, mas o andamento do projeto está atrelado ao termo de referência e neste caso a ideia é apontar e apoiar um consórcio. Em consideração às complexidades do Estado, segundo a conselheira, o interessante é voltar às atenções aos consórcios que já estão em processo de consolidação, pois além de questões técnicas existem também questões de ordem política. Para que se possa avançar é necessário priorizar as iniciativas que já existem e o que é factível à viabilização. Ao manifestar-se, o conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)** também expressou sua opinião sobre o assunto, falando da necessária integração do Zoneamento Econômico e Ecológico (ZEE) aos estudos de elaboração do Plano Estadual de Resíduos Sólidos, visto que já existe um passo definido da regionalização, ou seja, da integração municipal. Neste sentido, ele questionou se o citado trabalho desenvolvido pelo Governo do Estado é utilizado na elaboração do Plano. Conforme o questionamento, o consultor **Paulo Pinho** confirmou que o ZEE é um dos grandes referenciais do trabalho. Finalizando as discussões em torno do tema, o conselheiro **Valdinei Silva (IFPA)** instigou sobre as duas variáveis mencionadas, se na prática existe um Sistema de Informação Geográfica (SIG) sobreposto, considerando as Bacias hidrográficas e o ZEE, se está em análise compatibilizado no diagnóstico. O conselheiro ainda expressou as suas expectativas de visualizar no projeto, a projeção dos *Shapes* (é um formato popular de arquivo contendo dados geoespaciais em forma de vetor) integrados e disponibilizados; e instigou a formação de um fórum virtual, onde as pessoas possam acompanhar todo processo. Caso contrário, segundo ele, a construção do Plano será realizado por um grupo selecionado sem a interação efetiva com as demais categorias da sociedade interessada, ainda que seja uma contribuição importante inclusive para o funcionamento do CERH, concluiu o conselheiro. A **Secretária Executiva** ressaltou que a proposta da apresentação é divulgar os estudos considerados de grande importância para o Estado ao Conselho em virtude de sua diversidade representativa. E



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

destacou ainda, os esforços da equipe técnica para executar o trabalho, além do cuidado em contratar um profissional especialista da área. Ela conscientizou o Plenário que ao finalizar os trabalhos o Plano não reunirá todas as informações referentes aos Resíduos Sólidos do Estado e estará sujeito a possíveis imperfeições, visto que este instrumento tende a aperfeiçoar-se em longo prazo, pois as metas, programas e ações estarão sujeitas à revisão. Ainda em seu pronunciamento, a **Secretária Executiva** falou sobre o compromisso em buscar o máximo de integração não só com poder público, mas com o setor usuário e sociedade civil, com o propósito de executar as diretrizes do termo de referência. Segundo ela, a empresa contratada está cumprindo os prazos, além de manter contato com a equipe do GT, que almeja apresentar um produto capaz de contribuir principalmente para o avanço da gestão dos Resíduos Sólidos do Estado, ao apresentar metas, programas e consequentemente um produto norteador para o Governo estadual, integrados às Secretarias e ao Programa Municípios Verdes. No terceiro ponto de pauta, a **Secretária Executiva** anunciou a deliberação sobre a minuta da Resolução nº 15 que estabelece a composição da CTIL, CTPERH e CTCEAR, para o período de 1º de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2014 e define o mandato presidencial das Câmaras Técnicas, a partir de 01 de outubro de 2012 a 30 de setembro de 2013. Durante a leitura da minuta, a conselheira **Sabrina Forte (Idesp)** se opôs ao afirmar que a instituição que representa solicitou a participação na CTPERH e não na de Capacitação e Educação Ambiental (CTCEAR). Decidiu-se então que a Secretaria Executiva verificará no banco de cadastros a solicitação encaminhada pelo **Idesp**. O conselheiro **Alan Amorim (Novos Curupiras)** enquanto relator da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais (CTIL), entrevistou o andamento das discussões para solicitar que antes das deliberações sobre a minuta da Resolução nº 15, a ata da CTIL deverá ser apresentada ao Plenário e posteriormente submeter à sua aprovação. Mediante a situação a **Secretária Executiva** comunicou que a ata da citada Câmara não foi incluída na pauta, pois a mesma fora entregue no momento da reunião. Desta forma, ela solicitou aos presentes que todo documento de interesse do Plenário seja encaminhado com antecedência à Secretaria Executiva. O conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)** enquanto Presidente da CTIL ressaltou a importância da apresentação da ata para mostrar os pontos discutidos no âmbito da Câmara. Referindo-se as discussões sobre a proposta de Resolução que define os procedimentos de habilitação dos representantes da sociedade civil e usuários de recursos hídricos no CERH-PA, o conselheiro informou sobre a decisão em convidar as representações do seguimento das Populações Tradicionais, Entidades e Instituições Representativas das Regiões Hidrográficas para participar das reuniões do CERH, com o intuito de instigar o interesse dos mesmos, sem direito a voto eles poderão contribuir nas deliberações. Por fim, o Plenário decidiu que a respectiva proposta será apresentada na próxima reunião do CERH-PA. O conselheiro comentou ainda, que não compete à CTIL formular a Resolução e sim aprovar ou propor alterações. O conselheiro **Alan Amorim (Novos Curupiras)** propôs discutir o assunto na CTIL e posteriormente submeter ao Plenário, durante a próxima reunião ordinária do Conselho. Quanto às vagas nas Câmaras Técnicas, o conselheiro **Thiago Oliveira (Sepaq)** comunicou que devido a um mal entendido a Secretaria ele que representa não está



GOVERNO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS

participando da CTIL e nem da CTPERH. Em contrapartida, a **Secretária Executiva** informou que houve um processo, onde todos os membros do Conselho com interesse em participar das Câmaras Técnicas puderam manifestar-se através do envio da ficha de indicação à Secretaria Executiva, além da apresentação e aprovação da lista de membros durante a XVIII Reunião Ordinária do Conselho, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e doze. No contexto, conselheiro **Alan Amorim (Novos Curupiras)** salientou que a contribuição de qualquer membro do Conselho nas Câmaras Técnicas é fundamental, independente do direito a voto. Ao alterar a ordem da pauta, a avaliação das ações do conselho durante o ano de 2012 foi apresentada pela técnica da Direh/Sema, **Larissa Sousa**. De forma sucinta, a técnica explicou que excepcionalmente no ano de 2012 as ações do CERH-PA estiveram voltadas para a sua reestruturação, em conformidade com o Decreto nº 276/2011 e Regimento Interno do CERH/2008, bem como para a habilitação e recondução dos membros do colegiado ao segundo mandato (de 2012 a 2014), assim como no âmbito das Câmaras Técnicas. Além disto, a técnica apresentou a atual composição do Plenário, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho; as ações desenvolvidas, publicações e os entraves ao funcionamento do CERH-PA. Em seguida o Plenário definiu o calendário de reuniões ordinárias para o exercício de 2013, nas seguintes datas: XX reunião – quinze de março; XXI reunião – quatorze de junho; XXII reunião - treze de setembro; e XXIII reunião – treze de dezembro. O conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)** solicitou à Secretaria Executiva verificar as datas das reuniões Conselho Estadual de Meio Ambiente (Coema) para não haver compatibilidade. Quanto aos resultados dos estudos dos Grupos de Trabalho, o coordenador do GT sobre Compensações, conselheiro **Luiz Moura (Fiepa)**, alegou haver pendências na discussão sobre a remuneração das ações ambientais, por não haver bases legais capazes de subsidiar os trabalhos sobre tema. Desta forma, a **Secretária Executiva** sugeriu que o Grupo submeta um relatório descrevendo as dificuldades enfrentadas, para as devidas providências do Plenário. Assim o coordenador do GT sobre Vazões, conselheiro **David Lopes (Abes)** comprometeu-se em submeter à apreciação do Plenário, um relatório preliminar do Grupo no mês março, com a análise dos critérios de vazão para a dispensa de Outorga de Uso dos Recursos Hídricos. Nada mais havendo a tratar, lavra-se esta ata assinada pela Secretária Executiva deste Conselho.

Verônica Jussara Costa Bittencourt
Diretoria de Recursos Hídricos
Secretaria Executiva do CERH-PA